

Lira diz que carne na cesta básica é 'preço pesado'

Presidente da Câmara afirma que inclusão do item teria impacto para todo mundo e que é preciso definir prioridades. Ele defende como alternativa ampliar cashback para baixa renda. Lula defende alíquota zero para proteína 'in natura'

VICTÓRIA ADEL, GABRIEL SABÓIA
E ALICE CRAVO
economia@oglobo.com.br
BRASILIA

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou ontem que a votação do texto de regulamentação da Reforma Tributária deve ocorrer na próxima semana. Lira indicou dificuldades para a inclusão da carne *in natura* na cesta básica de alimentos, com alíquota zero, como foi defendido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

—Nunca houve proteína na cesta básica. Mas, temos que ver quanto essa inclusão vai impactar na alíquota que todo mundo vai pagar. Proteína, só da carne, significaria 0,57% de aumento da alíquota. Esse é um preço pesado para todos os brasileiros. Precisamos entender as prioridades. Para mim, a prioridade é aumentar o acesso a serviços essenciais —disse.

O presidente da Câmara afirmou considerar mais vantajosa a hipótese de ampliar o *cashback* para brasileiros de baixa renda do que incluir a carne na cesta de alimentos com alíquota zero.

A Reforma Tributária,

aprovada no Congresso no ano passado, previu imposto zerado para uma série de alimentos. Proteína animal, como carne bovina e frango, no entanto, ficou de fora dessa lista. Esses itens teriam apenas redução do tributo.

PROMESSA DE CAMPANHA

Mais cedo, os deputados do grupo de trabalho chegaram a concordar com o acréscimo das proteínas, como carnes, frangos e peixes, na cesta básica de alíquota zero. A medida foi defendida por Lula, pela manhã.

—Vamos ter que entender que possivelmente a gente tem que separar o que é carne *in natura* e o que é carne processada para criar diferença, mas eu sinceramente sou daqueles que vai ficar feliz se puder comprar carne sem imposto. Eu que prometi durante a campanha que o povo lá voltar a comer picanha e a tomar cerveja — afirmou o presidente durante o lançamento do Plano Safra para grandes empresas.

Após o evento, Lula afirmou a jornalistas que a população brasileira "pode ter



Data. Lira disse que votação do texto de regulamentação da Reforma Tributária deve ocorrer na próxima semana

certeza" que a comida ficará mais barata e que o país jamais será irresponsável do ponto de vista fiscal.

Os deputados do grupo de trabalho que analisa a regulamentação da reforma adiarão a entrega oficial do texto para hoje. Eles afirmaram que irão se reunir com os líderes partidários de cada bancada da Casa, antes de entregar o relatório. Os parlamentares passaram um

dia de ontem reunidos com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para definir parte da proposta.

Os parlamentares apostam que com mais produtos no chamado Imposto Seletivo, ou imposto do pecado, será possível baixar a alíquota padrão para uma média de 25%, a partir de 2033, mesmo com a inclusão de mais itens na cesta básica.

Antes, o Ministério da Fa-

MARINA RAMOS/CÂMARA DOS DEPUTADOS

pelo Imposto Seletivo. O item havia sido retirado das previsões de produtos suscetíveis na Proposta de Emenda à Constituição (PEC), durante votação no plenário da Câmara, no ano passado. Além das armas, os parlamentares devem incluir carros elétricos e jogos de azar no chamado imposto do pecado.

A retirada das armas da PEC da Reforma Tributária ocorreu após um destaque do Partido Liberal (PL), de Jair Bolsonaro. O tema novamente deve enfrentar resistência no plenário da Casa.

O primeiro texto da regulamentação da Reforma Tributária detalha a implementação do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), que juntos formaram o IVA (Imposto sobre Valor Agregado). O tributo vai substituir cinco impostos que recaem sobre consumo hoje: PIS, Cofins, IPI, ICMS, ISS.

O segundo texto trará os detalhes do funcionamento do Comitê Gestor, órgão que irá recolher e redistribuir o IBS a estados e municípios.

DEBATE SOBRE ARMAS

Os deputados do grupo de trabalho da Reforma Tributária devem incluir as armas entre os produtos taxados

Paes afirma que Rio voltará a ter uma Bolsa de Valores

Projeto ainda precisa de aval de CVM e BC. Ideia é iniciar operações em 2025

PAULO RENATO NEPOMUCENO
paulo.renato@oglobo.com.br

O prefeito do Rio, Eduardo Paes, sancionou ontem a lei aprovada pela Câmara de Vereadores que cria incentivos para a instalação de uma nova Bolsa de Valores na cidade. Em cerimônia realizada na Associação Comercial do Rio de Janeiro, Cláudio Pracownik, CEO do Americas Trading Group (ATG), plataforma que vai tocar o projeto, disse preferir iniciar operações até o segundo semestre de 2025.

O projeto da ATG é um desafio à Bolsa de Valores de São Paulo, a B3, que é a única Bolsa brasileira desde o fechamento da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro (BVRJ), em 2002, após longa agonia. A ATG é uma empresa de tecnologia para negociação de

ativos financeiros, que atua no Brasil e em outros países da América Latina e nos Estados Unidos. Desde 2023, o Mubadala Capital, que gere investimentos do fundo soberano dos Emirados Árabes Unidos, detém o controle da ATG.

—Vamos operar diversos produtos, mas a implementação será em fases. Primeiro, negociaremos ações, cotas de fundos e aluguel de ações. Em seguida, câmbio, mercado de derivativos e todos os *players* de futuros que a B3 também tem — afirmou Pracownik.

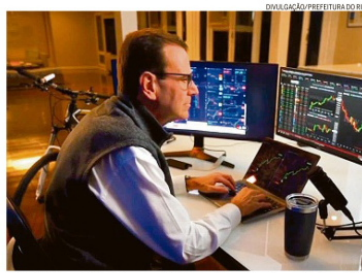
As operações precisam de aval da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Banco Central (BC). Ele disse que espera estar pronto tecnologicamente ainda este ano. Em seguida começa um período de testes, por seis meses, em *stand by*. Pracownik disse ainda que a

injeção de capital do Mubadala na ATG foi decisiva para a constituição da *clearing*, empresa necessária ao funcionamento de uma Bolsa:

—Uma empresa de compensação de operações precisa de reservas pujantes. Nossa busca por um investidor estrangeiro veio para ter um acionista de referência com credibilidade internacional e pujança financeira. Ele não divulgou o investimento do fundo árabe, dizendo apenas que "foi grande".

No mercado financeiro desde os anos 1990, Pracownik chefiou as corretoras Agora e Genial. Ele afirmou já ter conversas com empresas interessadas em listar ações na nova Bolsa do Rio, ainda que fiquem simultaneamente na B3.

No mês passado, a Câmara de Vereadores do Rio aprovou



No Rio é diferente. Paes cutucou os "fariolimers": beach tennis na praia de verdade

a redução do Imposto Sobre Serviços (ISS) para empresas que desejem desenvolver atividades de Bolsa de Valores na cidade. A alíquota cai de 5% a 2%. Nos últimos três anos, a arrecadação de ISS de empresas do mercado financeiro foi de R\$ 1,5 bilhão, disse Paes.

FIM DO 'CARTELZINHO'

Pracownik afirmou que procura um imóvel entre o Centro e a Zona Sul. Citou como importantes a proximidade do Aeroporto Santos Dumont e "ter uma vista para a cidade". Mas não revelou o nome da futura Bolsa, frisando que não

terá "Rio" no título: —A Bolsa, apesar de estar no Rio, é do Brasil.

Com edifício na Praça XV, no Centro, a antiga BVRJ remontava ao século XIX. Em 1989, uma crise especulativa que teve como personagem central o investidor Najji Nahas quebrou o balcão carioca e quase colapsou uma série de corretoras. A perda de credibilidade provocou o esvaziamento da BVRJ, com a migração de empresas para a então Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa). Em 2002, sem pregões, foi incorporada pela Bovespa, que absorveria

a Bolsa de Mercadorias e Futuros, formando a B3.

Em pré-campanha à reeleição, Paes brincou com a rivalidade entre Rio e São Paulo nas redes sociais, dizendo que virou "fariolimer", referência à avenida paulistana que é o coração do mercado financeiro no país. Ao simular a operação num terminal, disse que "poraqui, o beach tennis é na praia de verdade".

Para o prefeito, uma nova Bolsa no Rio vai acabar com o que chamou de "cartelzinho":

—Não é possível a turma do livre mercado gostar de um "cartelzinho". A B3 significa, no Brasil, uma reserva de mercado. Então essa coisa de liberdade econômica chega até a página dois. Estamos criando aqui concorrência com redução de custos.

Ele ainda brincou que batizou para si a lei de "Bernardinho Paes", nome de seu filho: —Ele está fazendo faculdade no exterior, de Finanças e Economia, e o modelo que ele quer seguir é de banqueiro em São Paulo. Falei: "ai, meu Deus do céu, quando se formar vai morar em São Paulo. Que desonra!"

Plano Safra terá R\$ 400 bi para agricultura empresarial

Lula lança programa com valor 10% maior que o da edição anterior, prevendo linhas de crédito, incentivos e políticas agrícolas

ALICE CRAVO
alice.cravo@oglobo.com.br
BRASILIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou ontem o Plano Safra de R\$ 400,59 bilhões para meios e grandes produtores. O plano prevê linhas de crédito, incentivos e políticas agrícolas com um aumento de 10% no valor total em recursos para financiamentos em relação ao plano anterior.

Também ontem pela manhã, Lula anunciou o Plano

Safra para agricultura familiar de R\$ 85,7 bilhões, sendo R\$ 76 bilhões no crédito rural.

Durante a cerimônia, o presidente afirmou que os governos petistas tiveram os melhores Planos Safra, melhor do que o lançado por "aqueles que parecem que gostam de vocês", em referência indireta ao ex-presidente Jair Bolsonaro. Lula ainda afirmou que "não quer casamento" com os empresários, e sim construir o país.

—Nós precisamos incentivar muito o crescimento da nossa agricultura. É por isso que fazemos um Plano Safra melhor do que aqueles que parecem que gostam de vocês, mas não gostam — disse o presidente. — Eu nasci e vou morrer sem nunca perguntar para um empresário brasileiro se ele gosta de mim ou se ele votou. Não é essa a relação. Eu não quero casamento, eu quero construir esse país.

Os produtores rurais terão ainda R\$ 108 bilhões em recursos de Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), que serão complementares ao novo Plano Safra. Com isso, no total, serão R\$ 508,59 bilhões para o desenvolvimento do agronegócio.

RECURSOS PARA CUSTEIO

As LCAs são títulos de dívida emitidos por instituições financeiras para empréstimos e financiamentos para atividade agropecuária.

Dos recursos destinados

ao crédito rural empresarial, R\$ 293,3 bilhões seguirão para operações de custeio e comercialização, enquanto R\$ 107,3 bilhões serão para investimento. Para os beneficiários, R\$ 189,09 bilhões terão taxas de juros controladas, a taxa de juros será de 7%. Já o Moderfrota, voltado para a compra de maquinário agrícola, os produtores enquadrados no Pronamp terão juros de 10,5% e os demais, de 11,5%.

vas. Os outros R\$ 211,5 bilhões serão de taxas livres.

As taxas de juros para custeio e comercialização são de 8% ao ano para os produtores enquadrados no Pronamp. Os outros planos de crédito contam com taxas de juros diferentes, ficando entre 7% e 12%.

No caso do RenovAgro, por exemplo, programa focado em recuperação e conversão de áreas de pastagens degradadas e adoção de práticas sustentáveis de agropecuária, a taxa de juros será de 7%. Já o Moderfrota, voltado para a compra de maquinário agrícola, os produtores enquadrados no Pronamp terão juros de 10,5% e os demais, de 11,5%.